

TRIBUNA DA CIDADE

PAULO CASTELO BRANCO

Todos atrás das grades

Li, com surpresa, o artigo do deputado distrital Cláudio Monteiro, publicado na edição do dia 25 p.p. sob o título "As grades vêm aí". Ao iniciar a leitura, pensei tratar-se de uma nova lei que proporia a colocação imediata atrás das grades dos milhares de condenados pela Justiça. Não, a matéria tratava da aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa que aprovou, por unanimidade, o projeto de lei que autoriza o fechamento com grades das áreas verdes frontais e laterais das residências localizadas nas quadras 700 das asas Sul e Norte do Plano Piloto.

Observo a cada dia a reivindicação da população para que a autoridade pública exerça o seu poder e ofereça melhor segurança à cidade. No entanto, como isto parece impossível, o legislador oferece a alternativa mais cruel que é a prisão voluntária do cidadão. Esta é a verdade. A cada dia mais necessitamos de proteger o nosso patrimônio e nossas vidas contra a ação assustadora dos marginais que infestam todas as grandes cidades. Esta é uma questão que precisa ser analisada com mais cuidado e volta aos tempos mais distantes da história. Se verificarmos os antigos povos destacaremos que eles cercavam suas cidades contra a ação dos invasores e conquistadores e apesar de tudo estes sempre encontravam meios para enganar os que se fechavam em seus redutos. A teoria que afinal foi demonstrada na prática é que todos precisam sair de suas casas para o desenvolvimento da sociedade. Assim fizeram os troianos ao não resistirem à tentação e levar para dentro dos seus altos muros o presente que os gregos lhes ofereceram. É assim desde sempre. Coloquemos grades em nossas residências e os nossos inimigos estarão à espreita, aguardando nossa saída para o trabalho ou lazer.

Os jornais todos os dias têm anunciado a ação policial que proíbe bebida alcoólica após 22h00; repressão à prostituição e permissão para aumentar a área fronteira às residências como forma de aumentar a segurança. Vejo como temerária esta ação purificadora da autoridade pública. Estas coisas existem e são aceitas pela sociedade desde sempre. O que necessitamos são campanhas educativas junto às escolas e entidades assistenciais que apresentam resultados efetivos e não o fechamento dos bares ou mesmo de ruas para evitar acidentes como já foi feito na ponte Costa e Silva. Aliás, esta é uma medida que já está ficando usual em nosso País, onde tudo que funciona mal é extinto e não melhorado, com grande desperdício do dinheiro público.

Finalmente é preciso que os boêmios do Plano Piloto se manifestem contra o ato discriminatório que atinge os menos favorecidos e se preocupem igualmente com a determinação do deputado, oriundo da polícia civil, que poderá, quem sabe um dia, nos colocar atrás das grades.

■ Paulo Castelo Branco é presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB-DF